

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – GARRIDO, Aguinaldo. Crianças em acolhimento institucional no estado de Mato Grosso. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016.

2) Orientador – TIELLET, Maria do Horto Salles.

3) Resumo – Esta dissertação tem como objeto de análise o acolhimento de crianças em espaços institucionais e, como objetivo principal, compreender as relações que circunscrevem a política de acolhimento institucional no Estado de Mato Grosso. O questionamento central foi: qual a compreensão dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos que atuam com crianças em situação de vulnerabilidade, sobre a efetivação da política de acolhimento no Estado de Mato Grosso? A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida por meio de análise documental e entrevistas, quando se elencou e estudaram-se as legislações e os documentos relativos aos direitos da Criança, no âmbito internacional, nacional e estadual; denominaram-se as instituições e conselhos de direitos das crianças e adolescentes responsáveis pelas políticas; refletiu-se a respeito dos processos sócio-histórico e cultural que incidiram no surgimento e permanência de instituições de abrigo, no Brasil e no Estado de Mato Grosso; verificou-se quais políticas públicas as crianças acolhidas têm acesso; evidenciou-se o papel e o significado político dos órgãos de Estado e conselhos de direitos; identificou-se as concepções de crianças existentes; quantificou-se as crianças que se encontram acolhidas em espaços institucionais no Estado de Mato Grosso. Os interlocutores teóricos foram: Ariès (2014); Del Priore (2008); Rizzini (2004, 2008); Rodrigues (2011); entre outros. Como fundamentos legais: Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Estatuto da criança e do Adolescente (1990); Lei Orgânica da Assistência Social (1993); Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013), entre outros. O desenvolvimento da pesquisa, os estudos teóricos e legais, articulados à vivência profissional possibilitaram desvelar o funcionamento das diversas instituições governamentais e não governamentais. Reconheceu-se que a extensão da pesquisa e a dimensão territorial não permitiram os diálogos necessários diretos com os sujeitos institucionalizados, com a finalidade de ouvir suas vozes, ainda silenciadas ou não nesta política.

Em contradição, a garantia dos direitos das crianças, impressos na legislação vigente, esteve presente nas narrativas em um forte discurso de alguns gestores, que, ao invés de serem os verdadeiros guardiões na defesa intransigente à convivência familiar e comunitária, proclamam a regionalização das instituições de acolhimento, discursos estes pautados na situação econômica, ora por um pacto federativo não cumprido, ora pela omissão de o Estado não co-financiar as ações instituídas nos documentos de pactuação e nas leis. Na tessitura da política pública específica para as crianças em acolhimento institucional, os elos que se entrelaçam e interagem nas relações vividas neste sistema tendem a manter e reproduzir a perversão do atendimento às crianças e apontam as fraturas e o esfacelamento das políticas de convivência familiar e comunitária, muitas vezes, fazendo da exceção à regra da excepcionalidade, a perpetuação prolongada do acolhimento institucional, em detrimento ao reconhecimento da criança como sujeito histórico de direitos.

4) Palavras-Chave – crianças; políticas públicas; acolhimento institucional.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.